

CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO
3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA
8ª SESSÃO
(BREVES COMUNICADOS)

Em 2 de Março de 2021

(Terça-Feira)

Às 14 horas

ABERTURA DA SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Bismarck. PDT - CE) - Declaro abertos os Breves Comunicados na tarde de hoje.

BREVES COMUNICADOS

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Bismarck. PDT - CE) - Boa tarde a todos. Lembro a V.Exas. que terei que ser rigoroso com o tempo, porque teremos uma sessão que se iniciará logo mais, e, quanto mais tivermos Parlamentares usando da palavra, melhor será para os nossos mandatos.

Nesse sentido, eu gostaria de dar a palavra à primeira inscrita, Deputada Maria do Rosário.

Tem V.Exa. a palavra, Deputada.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS. Sem revisão da oradora.) - Obrigada, Sr. Presidente. Cumprimento esta Casa, os colegas Parlamentares, e utilizo este tempo para a denúncia do que acontece no Brasil. A situação é gravíssima, e o veto à MP da vacina representa uma declaração de guerra do Governo Bolsonaro ao povo brasileiro. É um Governo que tem como projeto a morte. É um Governo que veta que Estados e Municípios, nos seus esforços, possam acessar a vacina, quando não toma providências para que a vacina seja assegurada à população. É um Governo que nos deixou diante de um colapso, porque, após o final do “orçamento de guerra”, não atuou para manter os leitos hospitalares nas Unidades de Terapia Intensiva, e leitos foram fechados em todo o Brasil. Quando tantos brasileiros e tantas brasileiras estão morrendo, esse Governo destrói as ações realizadas pelo Congresso Nacional e joga à morte, à desesperança, à fome e ao desemprego o povo brasileiro.

O mais grave diante de tudo isso é que faz cada uma de suas atitudes atacando as instituições. O projeto do Governo Bolsonaro é um projeto de ditadura. Por isso, ele ofende e mente sobre os repasses da União para os Governos estaduais. Para o Rio Grande do Sul, ontem, em um desrespeito ao Governo do Estado e aos gaúchos e gaúchas, ele informou que havia repassado 40 bilhões de reais, mas o valor não ultrapassa 3,5 bilhões de reais para o combate à COVID, com grande contribuição da bancada gaúcha. O objetivo do Governo, portanto, é atacar os Governadores, porque sonha, trabalha com a ideia de uma ditadura na qual faça uma intervenção nos Estados, assim como tem feito intervenções e não simplesmente nomeado Ministros, como ocorre na saúde. Pazuello, na saúde, não é um Ministro da Saúde, não atua para garantir a saúde, não atua para um plano de vacinação ou de prevenção.

Somente os países onde há prevenção e vacinação estão conseguindo enfrentar a pandemia, mas nós, no Brasil, temos o negacionismo e o ódio ao povo como parte de um Governo. Muitos dos que votaram em Bolsonaro já têm a clareza hoje de que elegeram na verdade alguém que os traiu, um genocida, alguém contra o povo brasileiro e contra a vida dos seus familiares.

As instituições não podem calar, e aqueles que, lá atrás, não levaram a sério a proposta de *impeachment*, hoje devem pensar com seriedade, porque manter Bolsonaro é manter a escalada de mortes e o ataque aos governos estaduais e às instituições como está ocorrendo nesta hora.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Bismarck. PDT - CE) - Obrigado, Deputada.

Tem a palavra a Deputada Professora Rosa Neide.

A SRA. PROFESSORA ROSA NEIDE (PT - MT. Sem revisão da oradora.) - Boa tarde, Sr. Presidente, demais pares desta Casa. É com grande pesar também que me refiro aos mais de 250 mil mortos durante a pandemia de COVID em nosso País.

Eu gostaria que, neste mês, juntássemos as nossas vozes para refletir e homenagear as mulheres. Nós estamos próximos de 8 de março, um dia de luta e de resistência, que ficou marcado na história porque mulheres tiveram coragem de dar as suas vidas para que outras mulheres pudessem ocupar espaços.

Neste 8 de março, pensando que 51% da população brasileira são mulheres e que os outros 49% são nossos filhos, eu gostaria de chamar bastante atenção para o papel da mulher, da cidadã, da mãe, da esposa, da irmã e das mulheres, porque são muitas em nossa sociedade que se desdobram para fazer a diferença e fazer o melhor. Então, as mulheres que geram e colocam filhos no mundo, que velam sobre seus sonhos, seu futuro e sua liberdade, neste momento de pandemia, sofrem como ninguém, vendo agora, neste novo momento, que mais de 60% dos internados já são pessoas com menos de 50 anos.

A todas as mães e mulheres deste País que estão sofrendo, a todas as famílias que já perderam seus entes queridos e estão desesperadas, porque estão vendo a COVID chegando perto de cada um e de cada uma, como mulher, como cidadã e como Parlamentar, peço a união das vozes. Não podemos aceitar que um Presidente da República faça vetos à MP da vacina, jogue sobre os ombros de Prefeitos e Governadores os erros da gestão do Ministério da Saúde e não cuide do povo para o qual foi eleito e tem responsabilidade pública.

Estamos vivendo uma tragédia. A cada dia, em nossas cidades, em todos os Estados do País, faltam leitos, faltam equipes médicas e faltam medicamentos. Falta vida para a nossa população.

Então, eu gostaria de dizer que o mês de março é o mês de reflexão sobre o papel da mulher, e todos conhecem e sabem o quanto lutam as mulheres, para que a vida seja mais digna e para que nós possamos viver com mais abundância, com mais serenidade e com mais felicidade.

Que nós possamos olhar nos olhos uns dos outros, dar as mãos e lutar contra este Governo, que não está fazendo absolutamente nada para que o País retome a sua vida normal e para que as pessoas possam ter vida.

O que nós queremos agora é vida. Queremos que o Plenário da Casa lute por vida.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Vamos continuar juntos!

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Bismarck. PDT - CE) - Muito obrigado, Deputada.

Tem a palavra o Deputado Carlos Zarattini.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero cumprimentar a todos e dizer que nós estamos muito preocupados com a situação que vive o País.

O Brasil está afundando. O Presidente da República é um absoluto irresponsável. Tem feito de tudo para que o Brasil mergulhe no caos. E está conseguindo, porque impede que se faça um combate à pandemia, impede que se contratem vacinas. Fez o veto à medida provisória das vacinas, o que é um absurdo, e está fazendo de tudo, atrasando ao máximo para enviar o projeto do auxílio emergencial.

O povo brasileiro está passando fome. O povo brasileiro não está conseguindo sobreviver. E o Governo, com 15 milhões de desempregados e mais outros 15 milhões que estão vivendo de bico, ganhando menos que o salário mínimo, não faz absolutamente nada.

O Governo vem propor aqui um projeto que é simplesmente uma chantagem, essa chamada PEC Emergencial, PEC 169. Nós vamos votar contra ela e vamos combatê-la.

Sr. Presidente, a Câmara dos Deputados também vai na mesma linha. O Presidente da Câmara pauta o tratado de livre comércio com o Chile como um dos primeiros projetos a ser votado hoje. A Mensagem nº 369, de 2019, é um projeto que deveria ser discutido na Comissão de Relações Exteriores.

O Presidente diz que vai voltar a instalar as Comissões nas próximas semanas. Pois bem. Vamos aguardar para discutir este acordo, este tratado de livre comércio na Comissão. Vamos fazer um debate aprofundado. Do nosso ponto de vista, este projeto não ajuda em nada o trabalhador brasileiro, não ajuda em nada o povo brasileiro. Vai favorecer as multinacionais. Vai ser a porta de entrada do arraso final dos direitos do povo brasileiro, dos direitos trabalhistas.

Por isso, nós vamos obstruir a sessão hoje, para que este projeto não seja votado. Nós não concordamos. É perfeitamente possível e correto levar este projeto para o debate na Comissão de Relações Exteriores, onde ele tem que ser debatido.

Por isso, Sr. Presidente, o nosso pedido é que a Câmara dos Deputados não cometa a mesma irresponsabilidade do Presidente da República. Vamos debater o que interessa ao povo. Não vamos nos perder em interesses escusos que estão se mostrando, cada vez mais.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Bismarck. PDT - CE) - Obrigado, Deputado.

Antes de convidar o próximo inscrito, queria pedir a todas as assessorias que estão nos acompanhando agora que pedissem aos Deputados inscritos que entrassem no sistema, pois nem todos estão logados.

Por dever de ofício, convido o Deputado Coronel Tadeu. (*Pausa.*)

O Deputado não se encontra no sistema nem no plenário.

Portanto, passo a palavra ao próximo orador inscrito, Deputado Neucimar Fraga, que falará da tribuna.

O SR. NEUCIMAR FRAGA (PSD - ES. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, venho a esta tribuna nesta tarde tratar de um assunto que está no momento circulando nas redes sociais, na imprensa: os *lockdowns*, que estão sendo decretados pelos Prefeitos e pelos Governos dos Estados.

Não estou aqui para questionar se o método é bom ou ruim. Existem controvérsias, existe parte da ciência que incentiva, existe inclusive um Conselho Regional de Medicina que baixou uma nota sendo contra o *lockdown* adotado em alguns Estados, mas não estou aqui para questionar esse assunto. Eu vou deixar isso para a ciência. Eu quero falar sobre economia.

Sr. Presidente, seria importante que cada Governador ou Prefeito, ao decretar *lockdown* em sua cidade, junto com o decreto, acrescentasse alguns artigos dizendo que, no Município ou no Estado em que for decretado *lockdown*, fica o contribuinte, o dono do estabelecimento atingido pela medida, isento do pagamento de ICMS durante aquele mês. Ficam suspensas por parte das agências bancárias e dos fornecedores a cobrança de juros e a aplicação de multas para os pagamentos que não forem feitos no prazo por esses comerciantes atingidos. Fica suspensa também a obrigatoriedade de pagar os aluguéis desses pontos comerciais que são alugados.

Por quê? Como uma empresa, seja um comércio, uma clínica, uma oficina, vai ficar fechada por obrigação do Governo? O Governo não faz nenhum movimento nesse sentido, pelo menos para pregar uma solidariedade entre os clientes, entre os fornecedores.

O próprio Governo deveria abrir mão da cobrança do imposto daquele período. Deveria também, junto com o decreto, ter um artigo que liberasse os contribuintes do pagamento de IPTU durante aquele mês na sua cidade, porque, com as atividades suspensas, seja pessoa jurídica ou física, como se vai pagar o IPTU, a taxa do condomínio, o ISS, o ICMS, o COFINS? Para quem é inscrito no Super-SIMPLES, as taxas continuam chegando. O Governo Federal não as suspende durante esse período.

Então, fica aqui um apelo aos Governos e aos Prefeitos: quando decretarem *lockdown*, acrescentem junto com o decreto medidas que isentem os contribuintes atingidos pela medida de pagamento de impostos, de cobrança de juros, de aplicação de multas, de pagamento de IPTU, de ISS, de ICMS e também de COFINS.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Bismarck. PDT - CE) - Obrigado, Deputado.

Convido, para fazer uso da palavra através do sistema, o Deputado Valmir Assunção.

O SR. VALMIR ASSUNÇÃO (PT - BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, esta semana o Presidente Bolsonaro esteve no Ceará, e a Câmara tem que reagir ao que ele fez lá.

Ele chega ao Ceará sem usar máscara e, ao mesmo tempo, diz que os Governadores que estabelecerem medidas restritivas ou *lockdown* serão responsáveis por pagar o emergencial para a população.

Bolsonaro não tem poder e nem tem autoridade para falar isso, Sr. Presidente, porque quem estabelece a legislação são os Deputados, e nós estabelecemos no ano passado que o Governo Federal teria que pagar os 600 reais de auxílio emergencial.

Nós temos que aprovar de forma emergencial os 600 reais para o povo brasileiro suportar este momento que estamos vivendo de crise na saúde.

Por isso, Sr. Presidente, é preciso que esta Casa possa colocar com prioridade nas votações o auxílio emergencial para o nosso povo.

Os Governadores e os Prefeitos tomam medidas de *lockdown*, de distanciamento social ou medida restritiva não é porque eles querem essas medidas, é porque o Governo Bolsonaro não tomou a medida lá atrás, inicialmente, de fazer os contratos para compra das vacinas.

Todos nós sabemos que o único mecanismo para restabelecer novamente a economia, a vida praticamente normal, é vacinando a nossa população.

Enquanto muitos lugares no mundo já vacinaram 30% da população, aqui no Brasil nós só conseguimos vacinar 6 milhões de pessoas de um universo de 160 milhões que têm que ser vacinadas.

O Governo Federal, que já tem o dinheiro autorizado pela Câmara dos Deputados, 20 bilhões de reais, o que faz? Corta os repasses para os leitos de UTI. No ano passado, ele liberou recurso para algo em torno de 12 mil leitos, agora só para 3. Ou seja, não libera os recursos para o Sistema Único de Saúde – SUS, para os leitos e, ao mesmo tempo, não compra as vacinas e incentiva a aglomeração. Tudo isso é contra a vida do povo brasileiro.

Fora, Bolsonaro! Essa tem que ser uma luta de todo nós, porque o principal vírus para o povo brasileiro é o Governo Bolsonaro, que não cuida da vida, não cuida da economia, não cuida do nosso País, não tem sensibilidade, tem desprezo pela nossa gente, pelo nosso povo. Nós temos que continuar lutando para salvar vidas.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Bismarck. PDT - CE) - Obrigado, Deputado.

O SR. VALMIR ASSUNÇÃO (PT - BA) - Por isso quero saudar e parabenizar os Governadores que tomam essa atitude, pois não há outro remédio, Sr. Presidente. O remédio que nós temos agora é: distanciamento social, álcool gel, máscara e, ao mesmo tempo, *lockdown*. Esses são os únicos remédios.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Bismarck. PDT - CE) - Obrigado, Deputado.

Tem a palavra o Deputado Camilo Capiberibe, por 3 minutos, por gentileza.

O SR. CAMILO CAPIBERIBE (PSB - AP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu quero cumprimentar todos que acompanham a sessão na tarde do dia de hoje e dizer que nós conquistamos uma grande vitória aqui no Amapá, pois, na semana passada, tivemos o conhecimento de que a reitoria da Universidade Federal do Amapá tinha solicitado a transferência dos cursos de Direito e Enfermagem do Campus Binacional de Oiapoque para outro Município mais próximo da capital.

Isso nos deixou todos apreensivos, em particular os moradores de Oiapoque, que ficam a 680 quilômetros da capital, na fronteira com a Guiana Francesa, muitos distantes de Macapá, e imaginem de Brasília. É uma distância muito grande. Eles estão se sentindo desamparados.

Nós tomamos conhecimento dessa situação e, semana passada ainda, em reunião do reitor com a bancada, eu pude me manifestar e deixar claro para ele e toda a equipe da Universidade Federal que nós estávamos absolutamente contrariados com essa decisão.

Buscávamos que a universidade voltasse atrás, pois essa tinha sido uma solicitação da própria universidade, alegando falta de infraestrutura e distância, porque há 110 quilômetros de rodovia que não estão pavimentados.

Enfim, são dificuldades que todos nós conhecemos, mas que ninguém conhece tão bem quanto os próprios moradores do Município de Oiapoque. Morar em áreas isoladas é realmente muito difícil. Fazer universidade pública em lugares isolados num Governo como este, que corta o orçamento da educação, é mais difícil ainda.

Por um lado, eu me sensibilizo com as dificuldades que a equipe da UNIFAP vive; mas, por outro lado, não podemos, em hipótese nenhuma, aceitar o retrocesso da educação superior pública e gratuita em lugares desamparados historicamente pela União. Por isso, nós lutamos. Chamamos o Reitor e dissemos: "*Nós vamos colocar recursos como bancada para a universidade federal, para investimentos não apenas em Oiapoque, mas exigimos que os cursos sejam mantidos*". O Reitor, então, voltou atrás na sua decisão e encaminhou ofício ao Sr. Wagner Vilas Boas de Souza, Secretário de Ensino Superior do MEC, pedindo para que os ofícios anteriores que solicitavam a transferência fossem desconsiderados.

Vitória da educação pública! Vitória do ensino superior gratuito brasileiro! Vitória do povo do Oiapoque! Vitória dos povos indígenas e quilombolas que estudam naquela instituição! A maior comunidade indígena do Amapá está no Município do Oiapoque. Vitória da organização e da luta da bancada federal, que teve a satisfação de liderar nessa batalha para manter os cursos!

Parabéns, Oiapoque! Parabéns, estudantes e professores! O ensino superior público e gratuito continua.

Sr. Presidente, eu gostaria de solicitar que este meu pronunciamento fosse divulgado nos veículos de comunicação da Casa. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Bismarck. PDT - CE) - Peço a divulgação, nos veículos de comunicação da Casa, do pronunciamento do Deputado Camilo Capiberibe.

Convido para fazer o uso da palavra a Deputada Benedita da Silva.

A SRA. BENEDITA DA SILVA (PT - RJ. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, completamos 1 ano de COVID-19 e não podemos entender o Presidente Bolsonaro, que sai por aí aglutinando pessoas e dizendo que

elas devem ir para a rua, que elas devem trabalhar, que elas devem proteger o capital, que elas devem realmente proteger o mercado financeiro.

Ora, Sr. Presidente, o povo quer trabalhar, mas quer vacina! O povo precisa ser vacinado. Nós temos 14 milhões de pessoas sem trabalho neste País. Como é que ele manda as pessoas trabalharem? Como é que ele manda as pessoas não usarem máscara? Isso está indo contra a ciência. Isso está indo contra a vida das pessoas. Então, ele quer que as pessoas morram? Ele diz para governadores, governadoras, prefeitos e prefeitas: "*Se vocês quiserem colocar as pessoas em lockdown, terão necessariamente que pagar o auxílio emergencial*". Ora, Sr. Presidente, isso é demais! Por que fazer isso com o povo? Ele quer que o povo morra.

Ele diz que isso vai quebrar o Estado. Sr. Presidente, eu fiz algumas anotações sobre como se quebra um Estado. Anistiarão 1 trilhão em impostos das petroleiras; 100 bilhões das teles; 25 bilhões do Itaú. Os milionários devem à Previdência 500 bilhões! Aí eu pergunto: a D. Tereza, a D. Maria, o Sr. João, que vão receber três parcelas de 600 reais de auxílio emergencial, que vão quebrar este País? Isso é falta de consciência. Ele quer deixar as pessoas morrerem.

Temos que ter vacina já! O Governo tem que comprar vacina. O Governo Federal tem que dar o auxílio emergencial, senão as pessoas vão morrer e ele será o responsável. Não é possível que este Governo não tenha um Ministro ou uma Ministra que tenha responsabilidade com a vida. Falam tanto nas famílias e querem que as famílias morram? Não estão nem aí para o povo?

É preciso, sim, que o Congresso Nacional tome uma providência. Depois nós vamos nos queixar de quem? Do Supremo Tribunal Federal, que, num determinado momento, vai ter que defender a Constituição brasileira, que garante benefícios e garante proteção às pessoas. Nós não estamos dando essa proteção. Nós estamos entrando em colapso na saúde. Nós estamos numa pandemia há 1 ano. Não é possível que não exista uma forma de resolver essa situação.

Sr. Presidente, eu gostaria que o meu pronunciamento fosse divulgado nos meios de comunicação da Casa e no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Bismarck. PDT - CE) - Peço a divulgação do pronunciamento da Deputada nos meios de comunicação e no programa *A Voz do Brasil*.

Convido para fazer uso da palavra o Deputado Paulão.

O SR. PAULÃO (PT - AL. Sem revisão do orador.) - Boa tarde.

Quando a Câmara Federal irá cumprir o seu papel? Temos no poder um genocida que, de forma repetida, desrespeita a ciência, desrespeita a humanidade, desrespeita o povo brasileiro. E esta Casa não prioriza essa discussão.

Mais um crime foi cometido pelo Presidente Bolsonaro: o veto na medida provisória que trata do processo de vacinação. Ele está querendo criar um conflito proposital entre o Governo Federal e os governadores. Mas os governadores tiveram uma compreensão magnânima no sentido de respeitar a Constituição, independentemente de corte ideológico. Eles tiveram uma unidade de ação no sentido de respeitar a ciência e o povo brasileiro.

A cada dia, a estatística de mortos aumenta, e o Presidente continua fazendo piada.

É necessário que a Câmara Federal tenha responsabilidade e coloque como prioridade a vacina pública e gratuita para todo o povo brasileiro. Para isso, é necessário alocar recursos no Orçamento para suprir a parte financeira.

Diante de todos os crimes cometidos, o Procurador-Geral da República não pode ser um engavetador. Já está na hora de ele entrar com uma ação por crime de responsabilidade contra esse genocida. Afinal de contas, quem diz isso não é só a oposição no Brasil, são organizações de respeito, como a Organização Mundial da Saúde — OMS e outras organizações de saúde em âmbito mundial. Há uma articulação de vários setores da sociedade e de parte considerável da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil — CNBB em defesa da vida.

Chega! Não basta só indignação! É necessário que a Procuradoria-Geral da República faça o seu papel. É necessário que esta Casa tire da gaveta vários processos de impedimento que caracterizam, a cada dia, os crimes cometidos por esse genocida, esse anjo da morte, esse Capitão Cloroquina, que não respeita o povo brasileiro.

É necessário priorizar não só a vacina, mas também o auxílio emergencial. Se esse auxílio não for pautado e repassado ao povo brasileiro, nós teremos um caos no Brasil.

Chega! Vamos fazer o enfrentamento e colocar esse genocida no seu lugar, no lixo da história!

Fora, Bolsonaro!

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Bismarck. PDT - CE) - Obrigado, Deputado.

Convido para fazer uso da palavra o Deputado Bira do Pindaré.

O SR. BIRA DO PINDARÉ (PSB - MA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, colegas Parlamentares, eu queria destacar a decisão do Supremo Tribunal Federal que determinou que o Ministério da Saúde volte a custear os leitos de UTI para pacientes com coronavírus, uma decisão importantíssima, que atendeu um pedido do Governo do Maranhão.

Eu faço aqui uma saudação ao Governador Flávio Dino pela sua determinação, pela sua altivez, pela sua disposição de lutar em favor dos maranhenses e — por que não dizer? — em favor dos brasileiros e das brasileiras. Nesse episódio, o Governador mostrou mais uma vez a importância de iniciativas como essa.

Outros Estados também se insurgiram contra essa situação. Agora, por força de uma decisão do Supremo Tribunal Federal, o Governo brasileiro vai ter que cumprir a sua obrigação, que é custear os leitos de UTI. Como pode um Governo suspender o financiamento de leitos de UTI exatamente no momento em que o povo mais precisa, durante uma pandemia que já levou à morte quase 260 mil pessoas? É muita falta de sensibilidade pela causa da população. As pessoas estão chorando a perda dos seus entes queridos. O sofrimento é cotidiano. A dificuldade é imensa. É um drama como nunca se viu no Brasil, sobretudo em matéria de saúde pública.

O Governo brasileiro negligencia as suas principais funções ao deixar de financiar leitos de UTI, que são indispensáveis para o tratamento da COVID. Todos nós sabemos que, muitas vezes, esse tratamento exige entubação, exige um controle intensivo. O Governo, em vez de fazer exatamente isso, prioriza outras pautas; prioriza o incentivo a medicações que não têm amparo da saúde, como a cloroquina, por exemplo; prioriza a confusão com todo o mundo, inclusive com os governadores, com o Judiciário, com os seus próprios aliados. O Governo não tem a capacidade de olhar para aquilo que a população está precisando. Isso aconteceu em Manaus quando faltou oxigênio. Agora, com o crescimento da pandemia no País inteiro, quando o Governo deveria estar apoiando a ampliação de UTIs no Brasil inteiro, o Governo deixa de financiar as UTIs e cria uma confusão absolutamente desnecessária com os governadores. Isso só serve para animar a sua claque.

Então, fica o nosso registro de que não podemos aceitar isso. Temos que repudiar isso. Temos que somar forças com o Governador Flávio Dino e os demais governadores que ergueram a voz para lutar contra essa posição genocida que o Governo adota em relação à pandemia.

Eram essas as minhas palavras, Sr. Presidente. Peço que as registre nos meios de comunicação da Casa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Bismarck. PDT - CE) - Obrigado.

Peço o registro deste pronunciamento nos meios de comunicação da Casa.

Convido para fazer uso da palavra o Deputado Pompeo de Mattos.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT - RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu quero cumprimentar V.Exa., o Presidente da Câmara dos Deputados, todos os colegas Deputados e Deputadas, todos os Congressistas.

Eu estou brigando com muita intensidade em favor de um projeto de lei da minha autoria, que trata da cobrança de empréstimos consignados. Todos nós sabemos que, no Brasil, nós temos cerca de 35 milhões de aposentados. A imensa maioria desses aposentados fez financiamento consignado. Esse financiamento pressupõe que parte do salário seja retido, mês a mês, para pagar o financiamento, o que é muito justo, o que é muito correto.

Com o que nós estamos preocupados, Presidente? Agora, na hora pandemia, esses descontos são desnecessários e podem ser suspensos, porque o banco pode esperar. Nesta hora, é o aposentado que, em muitas casas, bota o pão na mesa, a boia no prato, porque o filho do aposentado está sem renda, o neto está desempregado. O avô e a avó estão pagando a conta exatamente na hora da pandemia. Então, é esta a preocupação que nós temos, Presidente.

Por isso, nós queremos suspender o pagamento do consignado. Todos os meses, o banco retira de 30% a 35% do salário do aposentado. O banco pode esperar. Para o banco, isso é migalha. O que é migalha para o banco é pão na mesa do aposentado. Ninguém vai negar conta. A conta vai para o final da conta e, depois, paga-se a conta.

Este projeto é do ano passado e já devia ter sido votado. Os aposentados não ganharam nada do Brasil — nada, nada! —, nada do Governo. Muita gente ganhou três vezes de 600 reais, três vezes 300 reais. Milhões de pessoas ganharam. Os aposentados, que levaram o Rio Grande nas costas e o Brasil no ombro, não ganharam nada.

Eu estou apresentando, agora, uma emenda a um projeto de lei que está tramitando na Casa para apressar o meu projeto de lei. Esta emenda está sendo destacada pelo PDT e vai hoje para a pauta.

Sr. Presidente, eu quero pedir o apoio de V.Exa. e o apoio dos Deputados, não só do PDT, mas de todos os partidos, em favor do Brasil, dos brasileiros, daqueles que mais trabalharam por este País, que são os aposentados, que precisam, que merecem, que necessitam e que têm direito ao mínimo de um benefício que lhes devolva dignidade.

Vamos respeitar os nossos aposentados valorizando-os. Não basta falar em favor deles, temos que tomar atitude. E esta é uma atitude prática, objetiva e concreta! Estou tentando, Presidente, fazer a minha parte. Este projeto já está aí há quase 1 ano para ser votado.

Os aposentados não aguentam esperar mais. Alguns até estão morrendo por conta do endividamento. Vamos suspender esse pagamento por 6 meses, dar um fôlego e uma esperança para o aposentado, além de dignidade e dias melhores. Essa é a minha perspectiva. Essa é a minha expectativa, Presidente. Vamos votar hoje este projeto, em forma de emenda, com o destaque do PDT.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Bismarck. PDT - CE) - Obrigado, Deputado.

Concedo a palavra ao Deputado André Ferreira, que falará da tribuna deste plenário.

O SR. ANDRÉ FERREIRA (PSC - PE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, uso a tribuna na tarde de hoje para fazer um registro muito importante para todo o povo brasileiro.

Existem muitas *fake news* neste momento. Por isso, eu queria trazer uma informação da família do nosso querido Irmão Lázaro, que foi Deputado nesta Casa e hoje é Vereador na cidade de Salvador, na Bahia. Ele se encontra bem. Ele está entubado ainda. Estão divulgando muitas *fake news* dizendo que ele faleceu. Isso é mentira! Ele está bem, está se recuperando. Eu trago aqui essa boa notícia.

Vamos orar, pedir a Deus que ele saia dessa o mais rápido possível.

Também quero dizer que me deixou muito triste, Sr. Presidente, uma postagem do Senador Humberto Costa, do Estado de Pernambuco, que usou suas redes sociais para dizer que o Irmão Lázaro, em um dos cultos, disse que só pegava COVID-19 quem era do diabo. Isso é uma mentira! Nosso Irmão Lázaro nunca usou a tribuna nem o púlpito da igreja para falar isso. É muito lamentável ver um Senador da República usar as suas redes sociais para trazer uma inverdade, como essa.

O Irmão Lázaro é uma pessoa consciente e tomou todas as precauções. Temos fé em Deus e estamos orando para que ele possa sair dessa o mais rápido possível.

Era esse o registro que eu queria fazer na tarde de hoje, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Bismarck. PDT - CE) - Obrigado, Deputado.

Concedo a palavra ao Deputado Vicentinho, do PT de São Paulo.

O SR. VICENTINHO (PT - SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, em 2019, o Chile viveu um grande momento de mobilização popular. Milhões de pessoas foram às ruas.

Políticas como a do Guedes empobreceram o povo aposentado do Chile, onde há uma constituição velha, arcaica, ainda da época do ditador criminoso Pinochet. Esse povo foi tratado com violência. Muitos perderam a vista e se machucaram com balas de borracha em lugares que deixam marcas para a vida. Além disso, 28 mil pessoas foram detidas e 5.084 permanecem presas por lutarem em defesa da democracia e de melhores condições de vida.

Neste momento, na Avenida Paulista, em São Paulo, diante do Consulado do Chile, grandes militantes internacionalistas solidários fazem um protesto. Eu só não estou presente no protesto porque estou aqui em Brasília, mas eu o apoio. É de fundamental importância a solidariedade internacional de várias entidades, dentre elas o Diálogo e Ação Petista — DAP, que inclusive fez um grande movimento vitorioso na Embaixada da Argélia, do qual eu participei, quando foi presa a grande líder da Argélia Luísa Hanune, hoje liberada.

Por isso, eu quero aqui fazer coro a esse movimento de solidariedade, até porque o povo chileno foi solidário à liberdade do Lula, foi favorável aos direitos democráticos no Brasil e é um povo irmão, que inclusive acolheu muitos militantes e lideranças da oposição à ditadura militar no próprio Chile.

Queremos um Chile liberto.

Queremos um Chile liberto. Queremos um Chile com um povo fraterno, solidário e de barriga cheia, com educação, com saúde. Quando nós nos damos as mãos na nossa América, construímos um novo tempo. Por isso, eu quero saudar todos os irmãos que estão fazendo essa manifestação neste momento e dizer que isso é vital para a construção de uma América Latina para todas e para todos.

Liberdade para todos os presos políticos! Liberdade completa para o Presidente Lula, pois ele é inocente! Fora, Bolsonaro!

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Bismarck. PDT - CE) - Obrigado, Deputado.

Passo a palavra à Deputada Jandira Feghali.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ. Sem revisão da oradora.) - Eu peço a todos os colegas da Câmara dos Deputados que fiquem bastante atentos às curvas internacionais de contaminação e de óbitos e ao percentual de vacinação da população e os comparem com os do Brasil. Nós estamos muito atrás no número de pessoas vacinadas, mas estamos muitos à frente no número de contaminados e de óbitos.

Enquanto os outros países do mundo inteiro têm uma curva declinante de contaminados e de óbitos, nós temos uma curva ascendente. Lamentavelmente, estamos numa situação muito diferente da de outros países do mundo. Nós estamos há mais de 30 dias com mais de mil óbitos diários. Nós temos mais de 30 milhões de brasileiros na linha da extrema pobreza, encarando uma inflação absurda de alimentos, de tarifas, e com um gás de cozinha a quase 100 reais.

E é exatamente neste momento que eu vejo os vetos apostos à medida provisória da vacinação, a Medida Provisória nº 1.003, de 2020. O Sr. Bolsonaro veta a obrigação do Governo Federal de vacinar, de colocar as vacinas no Plano Nacional de Imunização; veta o direito de os Estados e Municípios adquirirem a vacina; veta a ampliação do número de agências internacionais, para que a ANVISA tenha referência de autorizar emergencialmente as vacinas; veta o prazo menor para que a ANVISA possa fazer essa autorização; veta, inclusive, a transparência de dados.

Ao mesmo tempo, ele quer aprovar um auxílio emergencial de 250 reais — lembrem: o gás de cozinha está a quase 100 reais; a inflação dos alimentos está lá em cima. Repito, ele quer um auxílio emergencial de 250 reais com um monte de condicionantes, muitos condicionantes de um pacote fiscal —, por meio de uma proposta de emenda à Constituição, atropelando todos os ritos de uma PEC.

O que mais é preciso para nós entendermos, na Câmara dos Deputados, que este Governo é criminoso? O que mais é preciso para que nós impeçamos este Governo de continuar? O que mais é preciso para que atoplemos, como um Poder neste País, um Governo como este? Ele desrespeita as decisões do Congresso Nacional, veta tudo o que nós aprovamos, em nome da vida, da saúde, do benefício do povo brasileiro. Ele quer o quê? Quer o desespero total, achando que vai ganhar voto com migalhas?

Nós não podemos mais aceitar isso! Temos que atuar em nome da vida, impedir este Governo e avançar, para salvar a vida do povo brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Bismarck. PDT - CE) - Obrigado, Deputada.

Convido o Deputado Ricardo Silva.

Ative o microfone por favor, Deputado Ricardo Silva. Se V.Exa. quiser também girar o seu monitor...

O SR. RICARDO SILVA (PSB - SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nobres colegas Deputados, Deputadas, obrigado pela paciência. Nós estamos mexendo com tecnologia, enfim...

Eu quero fazer um pedido aos Deputados e Deputadas para que prestem atenção ao momento histórico que nós estamos vivendo, principalmente em relação aos aposentados e pensionistas. Eu falo em momento histórico não pelo lado positivo, mas, infelizmente, pela tristeza que estão enfrentando os aposentados e pensionistas no Brasil.

Nós vamos votar hoje a MP 1.006/20, que amplia a margem do consignado. Essa MP era para ter sido votada, Sr. Presidente, no ano passado. Por quê? Porque ela previa um prazo até o dia 31 de dezembro para que os efeitos da margem fossem levados em consideração. Com isso, muitos aposentados viraram o ano negativados. Então, é algo que o Congresso Nacional tem sua responsabilidade e tem que consertar.

E falo mais, Sr. Presidente. Falo de um recado que o Senado Federal nos mandou e que a Câmara Federal ainda caminha a passos lentos. O Senado aprovou a suspensão da cobrança do consignado durante a pandemia para os benefícios previdenciários, para os aposentados e pensionistas. Esse projeto veio para a Câmara e ficou engavetado. O Senado, que representa os Estados brasileiros, aprovou essa medida, mas a Câmara ainda não.

Hoje nós temos uma oportunidade histórica com uma emenda de minha autoria, que, infelizmente, foi negada pelo Relator. Fizemos um destaque, o Destaque nº 1, do PSB, nosso partido, que trata da suspensão do consignado nessa medida provisória, porque são temas correlatos. A MP trata de crédito consignado, aumentando a margem. São temas correlatos. E nós temos agora que enfrentar esse caráter histórico de apoio aos aposentados e pensionistas.

Por isso, Sr. Presidente, neste momento, daqui a pouco, estamos na expectativa, aguardando o início da votação. Esperamos que aconteça a votação da MP 1.006 e das emendas, principalmente em relação à suspensão do consignado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Bismarck. PDT - CE) - Obrigado, Deputado.

Convido para fazer uso da palavra o Deputado Joseildo Ramos.

O SR. JOSEILDO RAMOS (PT - BA) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Bismarck. PDT - CE) - Deputado, V.Exa. travou o microfone.

O SR. JOSEILDO RAMOS (PT - BA) - V.Exa. me ouviu, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Bismarck. PDT - CE) - Eu o ouvi, e o Plenário também ouviu V.Exa. Pode falar.

O SR. JOSEILDO RAMOS (PT - BA. Sem revisão do orador.) - Srs. Deputados e Sras. Deputadas, o Tribunal de Contas da União apontou de maneira clara no ano passado a falta de capacidade de governança do Ministério da Saúde, alegando a ausência de planejamento centralizado no enfrentamento da pandemia.

O Comitê de Operações Emergenciais, que é fundamental na centralização e coordenação das operações em âmbito nacional, não funciona. Hoje, a estrutura pública de atendimento hospitalar está em pré-colapso; quase 20 Estados estão com 90% dos seus leitos de UTI ocupados, e a rede de iniciativa privada, com 100% de lotação.

Diversos Governadores dão conta da extrema dificuldade para ampliar novos leitos, não por falta de equipamentos, não por falta de estrutura, mas diante da ausência de profissionais intensivistas.

Nós estaremos hoje vivenciando o marco da tragédia na história deste País. A prova cabal da irresponsabilidade do Governo Bolsonaro é demonstrada no financiamento dos leitos de UTI para COVID. Em 2020, financiaram-se quase 13 mil leitos e, agora, neste momento trágico, menos de 3 mil leitos de UTI são financiados pelo Governo Federal. É uma tragédia!

Tendo em vista que o Governo Federal foi negligente e omissivo na priorização da compra de vacinas, Governadores e Prefeitos se organizam para comprar o imunizante. Isso é importante, mas é muito arriscado, porque falta entre nós aquele organismo centralizador e organizador da vacinação.

Esta realidade é caótica e, mesmo considerando o desespero dos gestores subnacionais, teremos fatalmente que conviver com o risco de uma vacinação desordenada em âmbito nacional. Esta, sinceramente, poderá se constituir numa tragédia anunciada.

Portanto, peço, Sr. Presidente, que autorize a divulgação de nossa fala nos meios de comunicação da Casa Legislativa.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Bismarck. PDT - CE) - Obrigado, Deputado.

Convido para fazer uso da palavra na tribuna a Deputada Gleisi Hoffmann.

A SRA. GLEISI HOFFMANN (PT - PR) - Presidente, colegas...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Bismarck. PDT - CE) - Um minutinho, Deputada. *(Pausa.)*

Por favor, pode fazer uso da palavra agora.

A SRA. GLEISI HOFFMANN (PT - PR) - V.Exa. restituiu meu tempo, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Bismarck. PDT - CE) - Sim, por favor.

A SRA. GLEISI HOFFMANN (PT - PR. Sem revisão da oradora.) - Presidente, colegas, eu hoje venho falar aqui sobre Imposto de Renda, aquele que atormenta quem ganha pouco e a classe média brasileira.

Bolsonaro, em 2018, copiando Haddad e Lula, prometeu isentar do Imposto de Renda quem ganhasse até 5 mil reais. Depois de eleito, recuou e disse que ia isentar quem ganhasse até 3 mil reais. Semana passada, o Bolsonaro publicou a tabela do Imposto de Renda e isentou apenas aqueles que ganham até 1.903 reais, ou seja, nem 2 salários mínimos.

A última vez que a tabela do Imposto de Renda foi corrigida para aumentar a isenção foi em 2015, no Governo Dilma. Depois disso, nunca mais. Depois do golpe, nós não tivemos mais ampliação da faixa de isenção.

Se nós aplicássemos a inflação de 2016 a 2020 para corrigir essa renda a ser isenta, hoje a faixa da isenção de renda seria de 4.022 reais e não de 1.903 reais. Isso ajudaria 10,5 milhões de pessoas, de famílias, que teriam mais renda, poderiam consumir mais, ajudando a circular dinheiro e melhorando a economia.

No meio da crise em que estamos, com o desemprego, com a renda baixa, com a carestia de alimentos, com a carestia de combustíveis, chega a ser cruel Bolsonaro não reajustar a faixa de isenção do Imposto de Renda.

Enquanto isso, as petroleiras estrangeiras, que eles liberaram para explorar o nosso petróleo, não pagam imposto no Brasil. Também não pagam imposto no Brasil os empresários que tiram lucros e dividendos de suas empresas. Jatinhos e iates também não pagam imposto, enquanto o carro popular paga o IPVA.

Nós temos um projeto que isenta quem ganha até 5 mil reais. Esse projeto deveria ser prioridade da Casa, para votarmos logo, mas, infelizmente, não é. O Bolsonaro deveria ser corajoso na prática e parar de ser valente só nas redes. Ele ainda não providenciou a vacina que o País precisa, ainda não providenciou a renda emergencial, fica esbravejando contra os preços do combustível, mas a PETROBRAS continua aumentando o preço do *diesel*, da gasolina e do gás. Não adianta tirar o imposto, porque isso não vai mudar se não mexer na referência internacional dos preços. E para piorar, a sua família humilha o povo brasileiro. O seu filho, o Senador Flávio Bolsonaro, aquele investigado pelas rachadinhas e também pela lavagem de dinheiro em compra de imóveis, acabou de comprar uma mansão aqui em Brasília pelo valor de 6 milhões de reais. Isso é um tapa na cara do povo brasileiro. É um escárnio.

Bolsonaro, a bem do povo e do Brasil, você não pode continuar onde está.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Bismarck. PDT - CE) - Obrigada, Deputada Gleisi Hoffmann.

Convido para fazer uso da palavra, por meio do sistema, a Deputada Erika Kokay.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. Sem revisão da oradora.) - Eu penso que nós estamos vivenciando um Governo extremamente corrupto.

Primeiro, porque é um Governo que tem corrupção nas prioridades: acha que prioridade é aprovar uma proposta de emenda à Constituição que salva aqueles que atentam contra a democracia, aqueles que fizeram a sua forma de comunicação por meio de mentiras, de *fake news*.

Mas também é um Governo corrupto, que destina por volta de 110 bilhões para a defesa e 115 bilhões para a educação. É um Governo que tem, portanto, a corrupção das prioridades. Esse Governo não consegue explicar à Nação como o Ministério da Defesa comprou 700 toneladas de picanha ou como gastou por volta de 15 milhões em leite condensado — não consegue explicar à Nação. Também não consegue explicar à Nação como a esposa recebeu 89 mil reais da conta de Fabrício Queiroz — não consegue explicar. Não consegue explicar como é que o filho tem um imóvel, ou uma mansão, que os seus rendimentos como Senador não possibilitam a compra — não consegue explicar. Ao mesmo tempo, a cada dia fica mais nítida a sua condição de inepto para a política.

Veja o que está acontecendo no Reino Unido com a vacinação: houve uma redução de 90% da internação de idosos, a partir de 70 anos. Veja o que está acontecendo no mundo inteiro: está-se combatendo a pandemia com a vacinação e com as medidas que são necessárias para prevenir a propagação do vírus.

Aqui, o Presidente da República é corrupto ao estimular que não se use máscara, é corrupto ao estimular a aglomeração, porque defende as suas próprias ideias e os seus próprios interesses em detrimento do interesse do povo brasileiro.

Estamos vendo o Brasil assistir às mortes. Em 11 meses foram 200 mil mortes; em 45 dias, mais de 50 mil mortes. Quantas mortes o Brasil ainda vivenciará? O que faz o Governo com a medida provisória que está Casa aprovou? Veta, veta e veta.

O Governo trabalha e dança com a morte todos os dias, como dança, ao mesmo tempo, com os ataques à própria democracia.

Nós estamos vivenciando um Governo que é o Governo da necropolítica, da política da morte — da morte! É um Governo que não providencia vacina para o povo brasileiro; um Governo que quer aproveitar o auxílio emergencial para pôr a granada no bolso do Brasil, para passar a boiada no Brasil, ou seja, quer aproveitar o auxílio emergencial para retirar direitos dos servidores.

Aliás, hoje, e com isso termino, Sr. Presidente, tivemos um ato de centenas de entidades que dizem: "*Basta! Basta de genocídio! Basta de morte! Basta de Jair Bolsonaro!*"

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Bismarck. PDT - CE) - Obrigado, Deputada.

Convido para fazer uso da palavra o Deputado Pedro Uczai.

Deputado, por favor ative o seu microfone.

O SR. PEDRO UCZAI (PT - SC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, Sras. Parlamentares, além das críticas que nós podemos fazer à política econômica, à política social, à política ambiental, hoje quero me concentrar na política sanitária produzida pelo Governo Bolsonaro, por Governos Estaduais e por muitos Governos Municipais.

Essa estratégia de proliferação do vírus, promovida pelo Governo Bolsonaro, muito bem comprovada por Deisy Ventura, seu grupo da USP e outros especialistas brasileiros, estratégia promovida por meio de portarias, medidas provisórias ou vetos a medidas provisórias aprovadas no Congresso, discursos praticados quotidianamente pelo Presidente da República, fomenta o genocídio de quase 260 mil brasileiros.

Em Santa Catarina, nós estamos em colapso: 100% dos leitos de UTI estão ocupados. Já estamos transportando pacientes para outros Estados, como o Espírito Santo. Temos um Governador que também abdicou do seu papel de comandante, — ele é Comandante aposentado do Corpo de Bombeiros — e que não se preocupa com a vida do povo catarinense. Em 2 meses já perderam a vida mais de 2.232 catarinenses. Na minha cidade de Chapecó, em 2 meses, perderam a vida mais chapecoenses do que durante todo o ano passado: 123 pessoas morreram no ano passado, e este ano morreram, no total, 288, até o final de fevereiro. Assim, 165 chapecoenses perderam a vida nesses 2 meses, 607% a mais, se comparamos com a média mensal do ano passado. Isso se chama genocídio. Isso se chama necropolítica. Isso está acabando com milhares e milhares de vidas de brasileiros, de catarinenses e de chapecoenses.

Vacina já! Auxílio emergencial já! Eles são fundamentais. Vacina já é algo estratégico, e não há outro caminho. Que a vacina seja o instrumento fundamental para nós passarmos pela maior crise sanitária vivida por este País. Mas, neste momento, enquanto não há vacina para todos os brasileiros, precisamos de *lockdown* estadual, no nosso Estado de Santa Catarina, e de *lockdown* nacional. Não há outro caminho. É preciso o *lockdown* no meu Estado e também o Brasil tem que enfrentar o *lockdown* nacional. Senão, não vamos superar essa tragédia humana, que está tirando a vida de tanta gente.

Esse é o caminho. Essa é a minha defesa hoje.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Bismarck. PDT - CE) - Obrigado, Deputado Pedro Uczai.

Concedo a palavra à Deputada Perpétua Almeida. (*Pausa.*)

A Deputada Perpétua Almeida não se encontra conectada ao sistema.

Indago se o Deputado Coronel Tadeu já retornou ao sistema. (*Pausa.*)

Com a palavra o Deputado Coronel Tadeu.

O SR. CORONEL TADEU (PSL - SP. Sem revisão do orador.) - Presidente, boa tarde. Também desejo uma boa tarde a todos os colegas. É um prazer falar neste momento dedicado a breves comunicações.

Diz um ditado que é só dizer uma mentira mil vezes e ela vira verdade. É exatamente isso o que nós estamos vendo, infelizmente, no discurso de vários oradores. O Governo Bolsonaro está fazendo a diferença no combate à pandemia, seja, principalmente, agora, em relação à compra das vacinas, seja em relação à compra dos insumos.

A população brasileira precisa saber que todo o esforço foi feito e que isso significa bilhões e bilhões de reais que foram repassados aos Estados e Municípios.

É bom que a população brasileira saiba também que o Supremo Tribunal Federal, acredito eu que de uma forma distorcida, acabou tolhendo um pouco as ações do Governo em relação à pandemia, e isso fez com que Governadores e Prefeitos, cada um no seu Estado, cada um no seu Município, tomassem as decisões que melhor lhes conviesse para combater a pandemia.

E nós estamos vendo os erros acontecendo. Nós estamos assistindo, sem poder fazer absolutamente nada, porque estão afiançados pela Corte Suprema deste País, Governadores e Prefeitos errando no trato da pandemia.

Hoje, os hospitais estão lotados, mas não por falta de dinheiro, não por falta de ação do Governo Bolsonaro, e, sim, por má gestão de Governadores e Prefeitos, a ponto, por exemplo, de três Governadores, dos Estados de São Paulo, Bahia e Maranhão, que receberam bilhões terem acionado o Governo Federal para receber mais recursos.

Nisso, nós percebemos uma má gestão e uma corrupção desenfreada, em especial, no Estado de São Paulo, que recebeu 135 bilhões de reais, e, apesar disso, hoje, alguns Municípios paulistas clamam por leitos. E eu pergunto: cadê os 135 bilhões de reais? Por que desmontaram quatro hospitais de campanha: Ibirapuera, Pacaembu, Heliópolis e Anhembi? Esses quatro hospitais de campanha, que nunca tiveram sua lotação completa, foram (*falha na transmissão*).

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Bismarck. PDT - CE) - Acredito que tenha caído o sinal de V.Exa., Deputado Coronel Tadeu.

Dando sequência, indago se já está no sistema a Deputada Perpétua Almeida. (*Pausa.*)

A Deputada Perpétua Almeida ainda não retornou.

Então, convido para fazer uso da palavra o Deputado Fábio Trad, seguindo a ordem das inscrições.

O SR. FÁBIO TRAD (PSD - MS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, vamos olhar para frente.

O CONASS publicou uma nota, Sr. Presidente, recomendando a adoção de medidas restritivas de caráter nacional, a padronização das ações, a unificação das ações restritivas, para dar o mínimo de eficácia a todas as ações que visam combater a disseminação do vírus.

E eu penso que o CONASS tem razão, Sr. Presidente, pois não há nenhum sentido em se pulverizar de forma desigual, qualitativa e quantitativamente, as ações de combate ao coronavírus pelos Municípios e Estados do Brasil. O vírus não vai parar numa rodovia para pagar pedágio e decidir se entra ou não em outra cidade, em outro Estado. É preciso haver uma coordenação nacional das ações em todo o território brasileiro, para que nós consigamos ter um mínimo de eficácia na contenção da disseminação do vírus.

O CONASS está certo. O CONASS precisa ser prestigiado, neste momento, pela população brasileira, porque nós estamos sentindo falta de uma Liderança nacional que unifique os agentes políticos — Governadores e Prefeitos, Estados e Municípios —, para que haja uma certa uniformidade de estratégia.

Sr. Presidente, eu sou de Campo grande, Mato Grosso do Sul. De nada adianta a cidade de Campo Grande adotar uma série de restrições e a cidade vizinha, vamos imaginar, hipoteticamente, ampliar a abertura e não adotar as medidas necessárias. É evidente que não haverá eficácia alguma na estratégia de contenção da disseminação do vírus.

Portanto, é fundamental, Sr. Presidente — e esta é uma contribuição para o debate —, que o Brasil se unifique, que os Governadores, Prefeitos e o Presidente da República entrem em um entendimento para que haja uma uniformização estratégica. Qualquer medida de restrição, agora, deve ser adotada em caráter nacional, espriar-se por todo o território nacional, para que, evidentemente, possamos vencer esta pandemia. Já há um ano estamos tentando e só estamos perdendo, sendo derrotados pela negligência, pela desídia e pela imprudência daqueles que nos deveriam proteger.

Peço que meu pronunciamento seja divulgado no programa *A Voz do Brasil*.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Bismarck. PDT - CE) - Obrigado, Deputado.

Determino a divulgação do pronunciamento do Deputado Fábio Trad pelos veículos de comunicação da Casa e no programa *A Voz do Brasil*.

Concedo a palavra ao Deputado Henrique Fontana.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT - RS. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente.

Quero cumprimentar V.Exa., os colegas que estão nesta sessão e o povo brasileiro.

Meu colega Deputado Fábio Trad, não há coordenação nacional. Pelo contrário, há um boicote vindo do Governo Federal a todas as medidas que são reconhecidas mundialmente pelo meio científico como as corretas para minimizar o sofrimento do Brasil e do mundo com esta pandemia. O uso de máscaras, o isolamento social máximo possível, os mecanismos de higiene, o uso das vacinas, tudo isso é o que está descrito, previsto e reconhecido cientificamente.

Agora vejam qual é a ação do Presidente Bolsonaro, a ação do Governo Federal.

A ação do Governo Federal é desestruturar o combate à pandemia, é criticar Governadores, é transferir responsabilidades, é deixar de comprar vacinas. Por exemplo, a iniciativa global da Organização Mundial da Saúde chamada Covax Facility permitiu ao Brasil que tivesse comprado vacinas para um terço da sua população. O que fez Bolsonaro? Reduziu a quantidade de vacinas para apenas 10% da população. O Brasil poderia ter comprado 46 milhões de doses da Coronavac há meses. O que fez Bolsonaro? Mandou cancelar aquela compra.

Na semana passada, foi uma loucura total — ninguém mais atura Bolsonaro, ninguém mais consegue suportar tamanha irresponsabilidade, Deputada Alice! Ele afirmou, numa *live*, que não é para usar máscaras, porque elas podem gerar efeitos colaterais. Ele mente sobre a cloroquina, ele mente sobre as máscaras, ele mente contra a vacina. Esse é o Presidente do Brasil hoje. O Brasil não suporta mais Bolsonaro!

Nós temos direito a viver de acordo com a ciência, a combater a pandemia. Alguém pode perguntar por que ele cortou o auxílio emergencial no final de dezembro, se a pandemia estava em pleno andamento? É gravíssimo o que está acontecendo neste País!

O Congresso precisa se levantar e exigir que Bolsonaro cumpra a Constituição, garanta vacinas, garanta leitos e recursos. Não é como disse um apoiador de Bolsonaro há pouco nesta sessão. Os recursos faltam, e as vacinas não existem. Isso é um crime contra o futuro do nosso País!

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Bismarck. PDT - CE) - Obrigado, Deputado.

Eu gostaria de convidar o Deputado Rubens Otoni para fazer uso da palavra.

O SR. RUBENS OTONI (PT - GO. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, ilustres Deputados e Deputadas, povo brasileiro que acompanha esta nossa sessão virtual pela *TV Câmara* e pelas redes sociais, eu trago, hoje, o grito de brasileiros e brasileiras dos quatro cantos deste País em defesa da vacina para todas as pessoas. A vacina é um direito de todos e uma responsabilidade do Governo Federal. É importante registrar isso.

Sr. Presidente, é inadmissível que, até o momento, nós só tenhamos vacinado pouco mais de 3% da população; que a metade dos profissionais da saúde ainda não tenham sido imunizados; que apenas 48% da população com mais de 90 anos tenha sido vacinada!

E o que é mais grave, Sr. Presidente: o Governo não faz a sua obrigação de garantir a vacina, não se preparou para produzir vacinas. Agora quer produzir, mas não há insumo. O Governo não comprou vacina na hora certa, agora quer comprar e não tem quem entregue na rapidez que se necessita. E aí o caos se instala.

É por isso, Sr. Presidente, que o nosso grito aqui é um grito de cobrança ao Governo Bolsonaro. Queremos vacina já para salvar vidas! Nós queremos emprego! Queremos investimento público para gerar emprego, gerar renda e melhorar a vida das pessoas! Enquanto não há emprego, que se garanta o auxílio emergencial de 600 reais para salvar vidas!

É esse o nosso grito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Bismarck. PDT - CE) - Obrigado.

Convido, agora, para fazer uso da palavra diretamente da tribuna o Deputado Reginaldo Lopes.

O SR. REGINALDO LOPES (PT - MG. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nobres Deputados e Deputadas, de fato, o Bolsonaro não tem compromisso com a vida. O que ele fez com a medida provisória da vida foi vetar vários artigos que permitiam, por exemplo, aos Municípios e Estados comprarem, adquirirem vacinas para salvar o nosso povo.

Isso é uma demonstração objetiva de que ele é omissivo, de que ele não tem compromisso com o enfrentamento da pandemia. E mais do que isso: sempre que o Brasil precisa de um Presidente, de um coordenador, ele se omite. Eu diria até mais: ele atrapalha.

Por isso, não é exagero dizer que se, de fato, a Câmara dos Deputados tivesse tido a coragem de fazer o *impeachment*, nós teríamos salvado a vida das 250 mil pessoas que morreram de COVID.

Hoje, nós vamos apreciar aqui, no plenário, mais um projeto de lei, o Projeto de Lei do Senado nº 534, de 2021. Com esse projeto, vamos novamente permitir que os Estados e Municípios adquiram vacinas. Eu lembro que, no fim do ano, quando vários Municípios e Estados fizeram um acordo com o Butantan, eu apresentei um projeto a esta Casa, o Projeto de Lei nº 244, de 2021, para que a União pudesse indenizar esses Municípios e Estados, porque, se ela não assume a sua responsabilidade — e é de responsabilidade da União, do Ministério da Saúde coordenar o Plano Nacional de Imunização —, então, cabe a ela indenizar esses entes subnacionais.

Por fim, quero dizer que o que o Governo Bolsonaro está fazendo é necropolítica. Ele é totalmente irresponsável. Diz estar preocupado com a economia, mas caem por terra todos os seus argumentos, porque a única possibilidade de recuperação econômica depende da vacinação de todos os brasileiros, e, para isso, mais uma vez, ele foi omissivo: quando tinha as condições objetivas para adquirir as vacinas, ele não fez os acordos comerciais. Ele não fez acordo comercial com a Pfizer, em agosto, quando foram disponibilizadas 70 milhões de doses. Ele não fez com a Coronavac, que lhe possibilitaria adquirir 46 milhões de doses. E ele fez a opção, no consórcio da OMS, o Covax Facility, só pelo mínimo de 10% de participação do Brasil. E ele também não ajuda na aprovação da Sputnik V, vacina da qual o Consórcio Nordeste comprou mais de 50 milhões de doses. Portanto, Presidente, ele atrapalha a política de enfrentamento da COVID-19.

Então, infelizmente, o caminho que resta ao Brasil é, de fato, organizar uma CPI, apurar as responsabilidades e — este é o caminho mais curto — fazer o *impeachment* do Jair Messias Bolsonaro.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Bismarck. PDT - CE) - Obrigado, Deputado.

Convido a fazer uso da palavra o Deputado Airton Faleiro. (*Pausa.*)

Enquanto o Deputado Airton Faleiro acessa o sistema, darei a palavra o Deputado Giovani Cherini, que está aqui no plenário.

O SR. AIRTON FALEIRO (PT - PA) - Já estou no sistema, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Bismarck. PDT - CE) - Peço só um minutinho, Deputado Airton, porque acabei de conceder a palavra ao Deputado Giovani Cherini, pois V.Exa. não tinha liberado o microfone.

O SR. GIOVANI CHERINI (PL - RS. Sem revisão do orador.) - Só quero fazer uma menção ao Prefeito de Porto Feliz, cidade de 55 mil habitantes do Estado de São Paulo, que é médico e impôs um protocolo de profilaxia e tratamento precoce a todos os infectados por COVID-19. Lá ocorreram pouquíssimos óbitos pelo tratamento precoce. O protocolo usado é o mesmo determinado na Índia, país que quase tem 1 bilhão e 300 milhões de habitantes. O coquetel de medicamentos, composto de ivermectina, hidroxicloroquina, azitromicina, zinco e vitamina D, é aplicado na Índia.

Enquanto isso, nas diversas regiões do Brasil, os Governantes não agem de forma inteligente, mas apenas politizam os efeitos da pandemia para, ditatorialmente, colocar o País de joelhos, e o povo, fechado, com o comércio também fechado. Isso é coisa mais triste que eu já vi na minha vida Sr. Presidente!

A economia é tão importante quanto a saúde. Fechar, fazer *lockdown* é para incompetentes! Nós temos, sim, que buscar o tratamento precoce urgente para a COVID-19 — depois eu vou falar da tribuna sobre isso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Bismarck. PDT - CE) - Muito obrigado.

Com a palavra o Deputado Airton Faleiro. S.Exa. dispõe do tempo de 3 minutos.

O SR. AIRTON FALEIRO (PT - PA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, eu recebi, hoje, uma mensagem de um jovem de nome Patrick, da Transamazônica, no Estado do Pará. O jovem Patrick, como é da natureza da juventude, bastante revoltado, generalizava sua crítica, dizendo: "*Mas o que a Oposição está fazendo? O que vocês estão fazendo no Parlamento que estão dando liberdade para um Presidente da República que está levando o País ao caos na saúde pública, que está levando este País ao caos da economia?!*"

Esse jovem mencionava na sua mensagem as altas dos preços que impactam a vida das pessoas. Dizia ele que gasolina estava a 6 reais o litro, que gás de cozinha estava a 110 reais (*falha na transmissão*), não vai dar para aguentar! É necessário que se faça alguma coisa (*falha na transmissão*). O Sr. Presidente da República joga contra o patrimônio (*falha na transmissão*).

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Bismarck. PDT - CE) - Deputado, há mais de 1 minuto o Plenário não está conseguindo compreender a fala de V.Exa.

Vou pedir à assessoria da Mesa que encerre a transmissão.

O SR. AIRTON FALEIRO (PT - PA) - V.Exa. não está me ouvindo, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Bismarck. PDT - CE) - Voltou agora. Tente concluir, Deputado.

O SR. AIRTON FALEIRO (PT - PA) - Sr. Presidente, posso continuar?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Bismarck. PDT - CE) - Pode, Deputado.

O SR. AIRTON FALEIRO (PT - PA) - Esse jovem, bastante revoltado, cobrava tantas ações na área de saúde, mas falava (*falha na transmissão*).

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Bismarck. PDT - CE) - Deputado Airton Faleiro, eu lhe darei uma oportunidade logo mais, quando houver um sinal melhor.

O SR. AIRTON FALEIRO (PT - PA) - Eu agradeço a V.Exa., Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Bismarck. PDT - CE) - Convido para fazer uso da palavra o Deputado Daniel Almeida.

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB - BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, o enfrentamento da pandemia no Brasil é um criminoso desastre. E esse desastre tem nome e sobrenome, chama-se Jair Bolsonaro. As evidências estão todas sendo acompanhadas pelos brasileiros e pelo mundo.

O mundo olha para o Brasil, percebe a falta de comando, de ações e de políticas públicas e observa uma atitude criminosa do Presidente da República. Os brasileiros perplexos buscam ter acesso à vacina, e o Presidente da República sabota as iniciativas. Ele acaba de vetar dois pontos da medida aprovada pelo Congresso Nacional: o que favorecia o acesso às vacinas por Estados e Municípios e o que dava um prazo adequado para a ANVISA liberar as vacinas que estão sendo produzidas lá fora. O Presidente Bolsonaro vetou esses pontos.

Os Governadores todos se unem para cobrar uma medida de planejamento nacional, e Bolsonaro vira as costas. Os Prefeitos fazem a mesma coisa e unificam-se na mesma posição, tentando encaminhar um projeto, uma proposta, uma forma de fazer o enfrentamento, e Bolsonaro vira as costas.

O Conselho Nacional de Saúde faz cobranças, e ele não dá atenção. O mundo científico, a mídia, o STF também se manifestam, e é só Bolsonaro que está certo? E a pandemia nesse patamar em que está.

Com a renda emergencial é da mesma forma. O Governo não toma medidas. Há 3 meses, os pobres, aqueles que estão sem nenhuma renda, não têm acesso à renda emergencial. E o que o Governo faz? Nada!

Quero, inclusive, aqui fazer uma cobrança. Há um projeto de autoria da bancada do PCdoB, o Projeto de Lei nº 463, de 2021, que estabelece a obrigação do pagamento de renda emergencial de 600 reais a todos os brasileiros que dela

necessitam. O projeto impõe que o auxílio se mantenha, enquanto a taxa de transmissão estiver acima de 0,9. Portanto, se a taxa de transmissão estiver acima de 0,9 — e ela deve continuar, porque, infelizmente, não há controle da pandemia no Brasil — que se retroaja o pagamento a 1º de janeiro e que haja a possibilidade de a renda emergencial ter um caráter regionalizado. Se houver um Estado ou uma região com uma incidência maior na transmissão, que a renda emergencial fique regionalizada.

Quero aqui cobrar que o Projeto de Lei nº 463, de 2021, seja pautado para deliberação.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Bismarck. PDT - CE) - Obrigado, Deputado.

Eu gostaria de convidar o Deputado João Daniel, para fazer uso da palavra.

O SR. JOÃO DANIEL (PT - SE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, primeiro, eu gostaria de aproveitar para parabenizar o Governo do Estado de Sergipe, que, juntamente com a Secretaria de Estado da Agricultura e a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano, inaugurou na última quinta-feira — e eu estive presente — uma das mais importantes Centrais de Abastecimento, CEASA, do Nordeste, na cidade de Itabaiana, com um investimento de 38 milhões para aquela cidade e toda a região do Estado de Sergipe e do Nordeste.

Parabéns ao Governo do Estado! São recursos do Proinveste. Desde o tempo do saudoso e querido ex-Governador Marcelo Déda, já se planejava essa CEASA, agora executada, inaugurada e entregue à população do Estado de Sergipe. Parabéns a toda a equipe, em especial ao povo de Itabaiana!

Eu também gostaria de registrar, Sr. Presidente, que nós no Congresso Nacional não podemos esperar as decisões de Bolsonaro. Bolsonaro é contra a saúde pública. Bolsonaro não governa para o povo brasileiro. Nós precisamos exigir que a vacina seja prioridade número um e que o auxílio emergencial não seja inferior a 600 reais, essa é a meta para salvar vidas, para cuidar do povo brasileiro.

O Governo Bolsonaro entregou a área econômica para o Paulo Guedes e o sistema financeiro. Ele admite que não domina a área econômica desde antes da eleição. Está aí novamente, hoje o preço dos combustíveis aumentou, porque a PETROBRAS está a serviço da minoria dos acionistas ricos, em especial os que moram fora do Brasil.

A PETROBRAS, o petróleo e essas riquezas são do povo brasileiro. Não podemos assistir a isso. É preciso que os Presidentes Arthur Lira, da Câmara, e Rodrigo Pacheco, do Senado, coloquem na agenda, junto com esta Casa, a emergência de aprovarmos um auxílio emergencial de 600 reais — não podemos reduzir esse valor. E não podemos aceitar esse empurra-empurra contra a ciência, contra a saúde pública, que o Bolsonaro vive fazendo em relação à pandemia e à vacina.

Quero neste momento também, Sr. Presidente, solidarizar-me com todas as famílias do Brasil que vivem esse luto. Aqui em Sergipe, ainda ontem perdemos mais um trabalhador da área da saúde, Geovane, de Itabaiana, que era do HUSE — Hospital de Urgência de Sergipe. Aos 59 anos, ele foi mais uma vítima da COVID-19.

Nós não podemos aceitar isso e precisamos de medidas urgentes.

Peço que meu pronunciamento seja divulgado, Sr. Presidente, no programa *A Voz do Brasil* e nos demais meios de comunicação da Casa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Bismarck. PDT - CE) - Será feita a divulgação no programa *A Voz do Brasil*.

Convido, para fazer uso da palavra, a Deputada Dra. Soraya Manato.

A SRA. DRA. SORAYA MANATO (PSL - ES. Sem revisão da oradora.) - Boa tarde, Sr. Presidente. Obrigada por me conceder a palavra.

Hoje, eu quero destacar que o Governo Bolsonaro destinou 600 bilhões de reais para os Estados investirem na saúde e desembolsou 294 bilhões com auxílio emergencial. Somente para o Espírito Santo, o Governo Bolsonaro destinou 5 bilhões de reais para auxílio emergencial e, para a saúde, 9,81 bilhões de reais em recursos transferidos ao Estado e seus Municípios, e 6,9 bilhões de reais em benefícios ao cidadão. Em 2021, estima-se que a destinação aos Estados será de 123 bilhões de reais para a saúde e 55 bilhões de reais para a educação.

Quero destacar também que o nobre Presidente da Câmara dos Deputados, o Deputado Arthur Lira, anunciou em entrevista que o Governo Federal vai entregar 140 milhões de vacinas nos meses de março, abril e maio e também já acertou o pagamento, até julho, do auxílio emergencial aos mais vulneráveis.

E aí vem o Governador Renato Casagrande, do Estado do Espírito Santo, dizer que o Presidente Bolsonaro divulga *fake news* e sempre opta pelo enfrentamento, em vez de solucionar a crise da saúde do País. Segundo o Governador, os Estados não receberam um mar de dinheiro.

Portanto, Presidente Bolsonaro, ele achou pouco e quer mais. O engraçado é que, mesmo achando pouco, ele firmou, em plena pandemia, em 2020, um contrato de publicidade institucional com o DETRAN do Espírito Santo, no valor de 20 milhões de reais, isso porque não se satisfêz com o contrato já em execução de 12 milhões de reais. Ele queria um pouco mais, 20 milhões de reais.

Isso, além de lesar o Erário público, é uma grave ofensa ao interesse público, já que o mesmo Governador do Espírito Santo na época havia assinado medidas de contenção de gastos devido à pandemia da COVID-19. Isso foi ilegal, ilegítimo e economicamente vergonhoso. Ele foi na contramão das medidas de contenção dos gastos públicos e agora vem dizer que os 16 bilhões de reais recebidos não são nenhum mar de dinheiro.

Diante desse devaneio do Governador Renato Casagrande, do Espírito Santo, eu termino este discurso.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Bismarck. PDT - CE) - Obrigado, Deputada.

Passo agora a palavra à Deputada Perpétua Almeida, que falará diretamente da tribuna.

A SRA. PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB - AC. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, eu quero dizer aqui para todos os colegas desta Casa o seguinte: está difícil, está puxado viver no Brasil de hoje.

No Acre, há dias e dias estamos perdendo amigos, companheiros, camaradas. Hoje, perdemos o Sidenir, um Vereador do PCdoB em Tarauacá, Vereador das causas dos trabalhadores rurais. Ontem, perdemos o Beto, um amigo, militante, parceiro. Na semana passada, perdemos a Eliana; e, 5 dias depois, perdemos a irmã dela. Foram tantos os amigos perdidos que não dá para nominar todos aqui.

E hoje o que acontece? O Presidente da República pega a lei que trata das vacinas que nós votamos nesta Casa e simplesmente acaba com ela, quando desobriga o Ministério da Saúde de fornecer vacinas, de comprar vacinas, mesmo aquelas autorizadas pela ANVISA, e também quando veta a possibilidade de os Governadores fazerem o que for possível para salvar vidas, como comprar vacinas, para ajudar a população.

Eu mesma destinei 10 milhões de reais das minhas emendas parlamentares para a compra de vacina no Acre. Penso que é uma forma de tranquilizarmos o povo, dizendo: "*Nós vamos ter vacina, mesmo que o Presidente Bolsonaro tente boicotar a vida, mesmo que o Presidente Bolsonaro tente boicotar as vacinas*".

Não dá mais para seguirmos dessa forma. O que o Presidente faz é crime, quando não cuida da população. O Presidente Bolsonaro comete um crime atrás do outro. Olhem as redes sociais dele.

Esta semana, ele ameaçou Governadores, dizendo: "*Aqueles que decretarem lockdown vão ter que se virar com o auxílio emergencial*". Esta semana também, em suas redes sociais, ele estava incentivando manifestações na porta do Governador de Brasília. É um destempero do Presidente da República, que não consegue comandar aquilo que é de sua responsabilidade. Enquanto isso, a população está morrendo.

Sr. Presidente, o Acre é um Estado muito pequeno, com menos de 800 mil habitantes, para ter 14 pessoas mortas num mesmo dia, vítimas desse vírus que está matando parte da população no mundo.

Os países que estão se preocupando em vacinar a sua população já estão evitando novas mortes. Mas o Brasil só aumenta sua curva de mortes. Não dá para seguir assim com o Presidente Bolsonaro. É preciso abrir a CPI da Saúde aqui para investigarmos o Ministério da Saúde, investigarmos as ações do Presidente da República.

Sr. Presidente, para encerrar, eu quero dizer o seguinte: apresentei um projeto de lei e quero pedir o apoio dos pares desta Casa, para que tenhamos um auxílio emergencial extraordinário para as famílias do Acre que perderam tudo durante a última alagação. Pelo menos 120 mil famílias precisam do apoio desta Casa.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Bismarck. PDT - CE) - Obrigado, Deputada.

Concedo a palavra, por 1 minuto, ao Deputado Otoni de Paula, que está no plenário.

O SR. OTONI DE PAULA (PSC - RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nada podemos contra a verdade, a não ser pela própria verdade, disse o Apóstolo Paulo.

Finalmente, nos genocidas da Esquerda, já que gostam de chamar tanto o Presidente Bolsonaro de genocida, parece que agora começa a nascer um pingo de humanidade dentro de alguns deles.

Rui Costa, Governador da Bahia, finalmente admite que existe tratamento precoce contra a COVID e liberou agora para o povo baiano, que estava morrendo, hidroxicloroquina, azitromicina e ivermectina. Ontem o Secretário dele foi a público, engolindo saliva, sem graça, sem saber como se comportar, porque mentiram muito para o povo brasileiro. Agora eles estão declarando a verdade.

Bolsonaro tem razão. E agora quem são os genocidas?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Bismarck. PDT - CE) - Obrigado, Deputado.

Convido, para falar através do sistema, a Deputada Lídice da Mata.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é preciso recuperar a verdade em duas questões no mínimo aqui.

A primeira é reafirmar o que disse um Deputado, defensor de Bolsonaro, de que o Governo do Sr. Presidente Bolsonaro faz tudo diferente. Realmente, ele faz diferente. Faz diferente de Israel, faz diferente do Reino Unido, faz diferente dos Estados Unidos, faz diferente da Alemanha, faz diferente da maior parte dos países de economia desenvolvida, onde os Chefes de Estado e de Governo usam máscaras, estimulam o isolamento e compram vacinas para imunizarem a população deles, conseguindo agora a diminuição de infectados e a diminuição de mortes.

Não é nessa diferença que o povo brasileiro quer um Presidente. Nós queremos um Presidente que faça igual aos outros na defesa da vida do povo brasileiro, e não esse Presidente excêntrico, bizarro, que não tem consideração com a vida da população. Ele é um verdadeiro exterminador do futuro da nossa população brasileira e da nossa infância e juventude.

A segunda questão, Sr. Presidente, além da luta pela imunização, é que vivemos agora a luta pela sobrevivência de uma população que está ficando cada vez mais pobre. Cresceu o preço da cesta básica no Brasil; cresceu o preço do combustível; varia agora entre 85 reais a 110 reais o preço do gás de cozinha.

A carestia é a marca que hoje oprime o povo brasileiro, e este Presidente nada faz para resolver essa questão. Agora envia para a nossa decisão a proposta de um auxílio emergencial de 250 reais, quando apenas 100 reais serão usados para gastar com o gás de cozinha. Que brincadeira é essa?

Queremos auxílio emergencial, sim, de 600 reais, que é a média da cesta básica em nosso País. Queremos responsabilidade deste Presidente com a vida do povo brasileiro.

Deixem de mentir e de criar *fake news*. O Governo da Bahia está tomando as medidas devidas para aumentar o número de UTIs em nosso Estado, buscar o isolamento e determinar o *lockdown*.

O Governador da Bahia é um exemplo no cuidado com a vida do povo do seu Estado. Ontem, ele se emocionou e foi às lágrimas, ao convocar o povo para essa batalha pela vida, e luta agora pela liberação da Sputnik V, para que a Bahia tenha o direito à vacinação. E ele faz isso porque hoje este Presidente irresponsável não dá a garantia desse direito ao povo brasileiro. Portanto, parem de mentir sobre a Bahia e sobre o Brasil!

Fora, Bolsonaro!

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Bismarck. PDT - CE) - Obrigado, Deputada.

Convido para fazer uso da palavra o Deputado Zeca Dirceu.

O SR. ZECA DIRCEU (PT - PR. Sem revisão do orador.) - Presidente, é urgente e extremamente necessário aprovarmos um novo auxílio emergencial.

As pessoas não aguentam mais viver sem renda, enfrentar uma pandemia que parece que não vai ter fim. Há pessoas passando fome no Paraná, no Brasil.

A ausência do auxílio emergencial, de dezembro para cá, traz impactos muito negativos também para o comércio, para as vendas. O consumo não existe. Isso tem afetado a indústria, a agricultura.

O auxílio emergencial mantém minimamente a economia aquecida, a economia funcionando, o dinheiro circulando e o consumo acontecendo.

Mais uma vez nós, Congresso Nacional, vamos ter que cumprir o nosso papel. Está evidente que Bolsonaro não quer e não dará auxílio emergencial algum. Já foi assim no ano passado e tem que ser assim novamente este ano. É o Congresso Nacional que tem que criar a legislação que obrigue o Governo Federal a pagar um auxílio emergencial.

Isso é urgente. Nós não deveríamos tratar de nenhum outro assunto que não fosse o auxílio emergencial, que não fossem os esforços, os mecanismos legais para uma ampla campanha de vacinação.

Não me venham com 250 reais. É impossível uma família sobreviver com 250 reais. O nosso País é um país rico, tem capacidade financeira, tem onde buscar mais receitas. Olhem o exemplo dos Estados Unidos hoje, o país mais capitalista

do mundo, até selvagem. Os democratas, nos Estados Unidos, apresentaram propostas para taxar os multimilionários, e o Brasil continua sem cobrar impostos dos bilionários, dos banqueiros, dos especuladores. O Brasil continua, apesar de nossas propostas repetidas vezes, sem taxar fortunas, sem taxar heranças, sem cobrar impostos de lucros e dividendos.

O País tem sim como viabilizar receita. O País tem sim riquezas para pagar um auxílio emergencial que traga dignidade às pessoas, que estimule o consumo, que movimente o comércio e também a indústria e a agricultura.

O País precisa fazer o que o mundo todo está fazendo: socorrer, auxiliar, criar facilidade para os pequenos negócios do campo e da cidade, que estão quebrando durante a pandemia.

Quero parabenizar os Governadores, na pessoa do Governador Wellington Dias, do Piauí. Ele coordena o Consórcio Nordeste. O Fórum de Governadores está tendo um papel importante na coordenação do assunto vacina. Já que o Governo Federal não o faz, que os Governadores e os Prefeitos façam a aquisição das vacinas.

No que depender do Congresso Nacional, terão o nosso apoio, serão sempre bem-vindos. Eles estão cumprindo o papel que o Brasil esperava do Presidente, mas que o Presidente não cumpre.

Presidente, peço que meu discurso seja divulgado no programa *A Voz do Brasil*, na *Rádio Câmara* e na *TV Câmara*.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Bismarck. PDT - CE) - Determino a divulgação do pronunciamento de V.Exa. no programa *A Voz do Brasil*.

Concedo a palavra, por 1 minuto, ao Deputado David Soares.

O SR. DAVID SOARES (DEM - SP. Sem revisão do orador.) - Presidente, senhores que nos escutam, toda a população, nós somos unânimes em afirmar que o Brasil precisa do auxílio emergencial. As minhas andanças pelas cidades do interior de São Paulo mostram claramente isso. A população clama por isso. Por outro lado, precisa haver razoabilidade também dos Governadores.

Tenho apelado para que não se decrete o *lockdown*. O *lockdown* é uma medida que vai destruir para sempre o comércio. Estamos falando de uma classe de pessoas que já estão sangrando e não têm mais o luxo.

Se quiserem, apertem, dificultem, limitem os horários, façam o que for. Mas, Srs. Governadores, e, especialmente, Sr. Governador João Doria, não decrete o *lockdown* no Estado de São Paulo. São Paulo precisa trabalhar. Decrete, sim, o fim dos pancadões. Ponha a Polícia Militar nas periferias, porque lá, realmente, as pessoas estão desantenasadas em relação ao que acontece no Brasil.

Sr. Presidente, peço que encaminhe o meu discurso, por favor, para ser divulgado no programa *A Voz do Brasil*.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Bismarck. PDT - CE) - Encaminho o discurso do Deputado David Soares para que seja divulgado no programa *A Voz do Brasil*.

Convido, para fazer uso da palavra, o Deputado Rogério Correia, que já está na tribuna.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente.

O País vive um caos na pandemia. A primeira coisa é reconhecer isso. Se nós não reconhecermos que o caos existe, vamos continuar como o Presidente Jair Bolsonaro, tratando o povo como ele está tratando, permitindo que as pessoas morram, porque não há um socorro nacional, uma forma de realmente enfrentar esse problema grave, que é a pandemia.

Não vamos desconhecer, aliás, não é possível desconhecer que morreram mais de 250 mil pessoas no Brasil. Pode-se dizer: "*Mas isso é um problema simplesmente da pandemia*". Mas não foi assim e não está sendo assim no conjunto dos outros países. Aqui é o segundo país onde mais mortes houve. Só perdemos para os Estados Unidos devido à política de Trump, que Jair Bolsonaro copiou. São vários os exemplos.

É preciso que os Deputados, as Deputadas e o povo brasileiro façam um juízo do passado recente e busquem aquelas declarações feitas pelo Presidente Jair Bolsonaro. Vocês lembram que ele disse que era uma gripezinha, desdenhando da morte das pessoas? Vocês lembram que ele disse: "*E daí? Pessoas morrem mesmo*", naturalizando a pandemia e a morte? Esqueceram-se disso?

Vocês se lembram do Presidente Jair Bolsonaro mostrando cloroquina para uma ema no Palácio do Planalto, propagandeando um remédio que hoje a Organização Mundial da Saúde, novamente, disse que nada tem a ver com a cura? Vocês lembram, povo brasileiro, que o Presidente Jair Bolsonaro disse claramente que a vacina era comunista, porque era da China? Vocês lembram que ele disse que ela era do Doria? Vocês se lembram disso ou não? Esqueceram-se do Presidente Jair Bolsonaro dizendo que a vacina é comunista, porque ela é da China? E outros bolsonaristas repetiam que essa vacina não teria validade no Brasil.

Se tivesse o Presidente comprado as vacinas ao invés de ter feito a farra da cloroquina, nós teríamos salvado muitas vidas. Não vamos esquecer, passado recente, fatos consumados e evidentes que estão noticiados. Agora tergiversar, falar mentira, desdizer? Todos viram o Presidente falando isso todo o tempo.

E o pior: o Presidente dizia, Deputada Talíria, Líder do PSOL, que isso era para salvar a economia. Vocês viram o dólar a quanto foi hoje? Foi a 5 reais e 76 centavos! Isso é o caos! Vocês viram o preço da gasolina? Viram o número de desempregados no Brasil? São mais de 13,4 milhões de desempregados! E vêm aqui pessoas dizerem que não pode haver *lockdown*, porque é isso que vai agravar a economia?

Antes de terminar, Presidente, quero dizer que isso não é verdade. O que agrava a economia, a crise na economia, é a incompetência do Paulo Guedes, é o projeto ultraneoliberal que está sendo feito no Brasil, é o desmanche do Estado brasileiro. É preciso reverter esse projeto.

Por isso, eu conclamo que esse auxílio emergencial seja a pauta absoluta aqui da nossa Câmara Federal, que ele seja, no mínimo, de 600 reais, para que as pessoas se salvem da fome e possam combater a pandemia fazendo o distanciamento social.

Presidente, espero que a Câmara dos Deputados, com afinco, discuta o verdadeiro auxílio emergencial para o nosso povo. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Bismarck. PDT - CE) - Muito obrigado.

Concedo a palavra, neste momento, ao Deputado José Airton Félix Cirilo.

O SR. JOSÉ AIRTON FÉLIX CIRILO (PT - CE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu quero, neste momento, registrar a nossa imensa preocupação com a grave crise sanitária que estamos vivendo no Brasil e em cada Estado, provocada por esta pandemia. Nós estamos acompanhando o desenrolar dessa grave situação que o povo brasileiro está enfrentando.

Infelizmente, o Governo Federal, na pessoa do Presidente da República, não tem a dimensão dela. Se tem, infelizmente, encara a situação de uma forma, eu diria, totalmente criminosa. Digo isso porque o papel de uma autoridade, de um Presidente, de um Governador, de um Prefeito, de qualquer autoridade pública, é, no mínimo, alertar a população sobre a gravidade da situação; é colocar a sua função pública em defesa da população; é, principalmente, neste momento que estamos vivendo, defender medidas de precaução, de prevenção; é adotar ações enérgicas e firmes para enfrentar a pandemia.

Nós não estamos vendo isso, pelo contrário. O Presidente da República esteve no Ceará, na última sexta-feira, e promoveu uma verdadeira aglomeração. Ele mesmo, nas fotos recentes, não usa máscara, não toma medidas preventivas. Acho que ele se acha um semideus e acaba incentivando a população a encarar esse problema minimizando sua gravidade. E o que nós presenciamos são esses casos astronômicos de óbitos e de contaminados que estamos tendo no Brasil e nos Estados.

Portanto, é uma situação extremamente delicada, é uma situação preocupante, sobretudo, Sr. Presidente, em função das novas variantes do coronavírus. Nós sabemos da virulência da transmissão dessas novas variantes, que ocorre em uma velocidade muito maior — estima-se que seja de duas vezes e meia.

Então, nós, o Presidente da República, como autoridade do País, e todos os Poderes, todas as autoridades precisamos alertar. Não é possível estarmos à mercê de um governante que não toma medidas enérgicas para combater a pandemia como deveria. Isso é algo que nos leva a ficar extremamente angustiados, além de preocupados. Estamos, sobretudo, angustiados com o que poderá vir, porque as previsões do que poderá vir pela frente com essa situação são cada dia mais catastróficas.

Eu penso que nós precisamos alertar as autoridades e a população de que nós não podemos minimizar, menosprezar e deixar de avaliar que essa não é uma crise de algo estarrecedor que nós estamos vivendo.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Bismarck. PDT - CE) - Peço a V.Exa. que conclua, Deputado, por gentileza.

O SR. JOSÉ AIRTON FÉLIX CIRILO (PT - CE) - Concluindo, Sr. Presidente, eu queria trazer essa minha preocupação, lamentar profundamente as atitudes, a meu ver, inconsequentes do Presidente da República e daqueles que o apoiam com essas decisões e fazer um apelo ao Presidente da República em defesa da união nacional, em defesa do fortalecimento das entidades federativas e do povo brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Bismarck. PDT - CE) - Muito obrigado.

Gostaria de passar a palavra ao Deputado Frei Anastacio Ribeiro, que falará através do sistema.

O SR. FREI ANASTACIO RIBEIRO (PT - PB. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós da bancada do Partido dos Trabalhadores defendemos o retorno do auxílio emergencial de 600 reais para o povo pobre brasileiro. Vamos lutar para que não sejam apenas três ou quatro parcelas, como o Governo quer.

O povo está passando fome. A última parcela do auxílio foi paga em dezembro. Já estamos em março, com a população carente e os desempregados sem trabalho, sem renda. Os valores que o Governo está propondo — 200 reais ou 350 reais — são muito pequenos para uma família passar um mês. Isso é uma grande humilhação para os pobres.

É bom lembrar que o auxílio emergencial, Sr. Presidente, concedido no ano passado, foi uma proposta dos partidos de oposição do Congresso brasileiro. Agora, estamos unidos novamente para defender a volta do auxílio emergencial. A fome não pode esperar!

Sr. Presidente, quero também colocar aqui a questão do aumento do preço dos combustíveis. A população brasileira hoje se depara com o quinto aumento do preço do combustível só neste ano. Mas o povo tem que se lembrar de que sempre houve cobrança de ICMS sobre o preço dos combustíveis.

Não adianta Bolsonaro tentar colocar a culpa nos Estados pelos constantes aumentos nos preços dos combustíveis. O problema não está no ICMS. Toda a culpa dos constantes aumentos está na política adotada pela PETROBRAS desde o Governo golpista de Michel Temer: a política de dolarização dos preços dos combustíveis.

É preciso adotar uma política nacional para a PETROBRAS. A estatal, hoje, agrada aos acionistas estrangeiros, que representam apenas 24% do capital da estatal. É bom destacar que 64,21% das ações da PETROBRAS pertencem ao Governo Federal. Essa estatal é nossa e precisa de uma política nacional não dolarizada.

Bolsonaro tem que deixar de mentir para o povo brasileiro!

Sr. Presidente, solicito que estes dois pronunciamentos sejam publicados no programa *A Voz do Brasil* e nos meios de comunicação da Casa.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Bismarck. PDT - CE) - Solicito a divulgação dos pronunciamentos no programa *A Voz do Brasil* e nos meios de comunicação da Casa.

Convido agora, para fazer uso da palavra, o Deputado Bibó Nunes, que falará através do sistema.

O SR. BIBO NUNES (PSL - RS. Sem revisão do orador.) - Digníssimo Presidente, nobres colegas, é uma satisfação estar nesta sessão.

Está sendo debatido muito hoje aqui no plenário o auxílio emergencial. É muita demagogia barata! É pouco 250 reais, quatro parcelas totalizam mil reais, depois de bilhões que o Governo já concedeu ao povo brasileiro?

É interessante destacar que o auxílio não é uma aposentadoria. É muito fácil chegar um demagogo de esquerda e dizer que 250 reais é pouco. Por que não pedem mil reais, 2 mil reais?

Faço uma demagogia maior! Existe um teto de gasto, e quem é pobre e quem passa por dificuldade também entende isso.

O PT, partido que mais roubou o Brasil em toda a sua história, vem agora pedir pelos pobres! Pobre é quem não tem escola! Pobre é quem não tem trabalho! Pobre é quem foi roubado pelo PT do mensalão, do petrolão, foi roubado com obras superfaturadas! Está aí o Brasil com pobre, e por quê? Pelo roubo? Ou esqueceram que o Presidente Lula, o ex-futuro presidiário Lula, esteve preso por corrupção? Esqueceram o afastamento de Dilma?

E agora essas pessoas vêm aqui criticar, com demagogia altamente barata, dizendo que o Presidente não quer ajudar a população? O Presidente dá 50 bilhões por mês para o auxílio emergencial! E aí essas pessoas — eu não estou generalizando —, que eram e pertencem ao partido que mais roubou o País, vêm aqui criticar? Estão morrendo pessoas, milhares, por causa do coronavírus. Quantas pessoas morreram de fome por causa do roubo do PT? Quantas pessoas morreram por não terem educação e não poderem ir para a frente no trabalho? Chega de demagogia barata! Vocês não vão chegar a lugar algum.

O Governo do Bolsonaro quer o melhor para o País. Está subindo o preço da gasolina no mundo todo. O que fez o Presidente? Ontem zerou os impostos federais e está fazendo mudanças na Direção da PETROBRAS. Para quê? Para baixar o custo. Queremos o melhor para o Brasil.

Agora, é muita falta de maturidade de quem está em partido que roubou o Brasil como nunca vir dizer que 250 reais é pouco. É pouco para quem não tem noção de respeito ao seu país, para quem não tem noção de respeito ao povo pobre. Esse, sim, só sabe ser demagogo.

Nós estamos aqui, com sangue verde e amarelo na veia, para defender um Brasil digno e justo para todos, sem demagogia. Vamos vencer e fazer o Brasil retornar à posição que lhe é devida.

Muito obrigado, nobre Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Bismarck. PDT - CE) - Obrigado.

Convido para fazer uso da palavra agora o Deputado Sidney Leite. (*Pausa.*)

Não se encontra no plenário nem está no sistema.

Tem a palavra o Deputado Giovanni Cherini.

O SR. GIOVANI CHERINI (PL - RS. Sem revisão do orador.) - Sras. e Srs. Parlamentares, querem embretar o cidadão.

Lá no meu Estado, o Rio Grande do Sul, uma expressão campeira designa o local onde o gado é colocado para ser marcado, examinado, vacinado. É também local de contenção e mobilização de animais. Chama-se brete. A impressão que tenho é de que as nossas autoridades estão transformando o Brasil num imenso brete, porque exigem que o cidadão fique paralisado até que seja vacinado, e o vírus vá embora.

Com essa analogia, eu me contraponho à orientação que está sendo dada pelos nossos Governadores, a de fechar tudo e isolar as pessoas, em vez de orientarem a prevenção, o fortalecimento do sistema imunológico e o tratamento precoce da COVID-19. Eu sou especialista em saúde pública e meio ambiente.

Estamos vivendo a crise da verdade. De um lado, a ciência, com a sua verdade, defende o *lockdown*, o uso contínuo de máscara, o isolamento, o distanciamento, o "fecha tudo", o paracetamol para tratamento e a vacina como condição *sine qua non*, como solução. Mas cadê a vacina? De outro lado, quem não concorda totalmente apresenta alternativas, defende a prevenção, o tratamento precoce. Eu defendo o tratamento precoce. Quem faz isso é tachado de negacionista, uma estratégia rasteira para desconstituir a imagem das pessoas e para fazer valer a "verdade científica" — entre aspas.

Negacionismo é deixar de recomendar um tratamento que pode evitar internações hospitalares e morte. Isso é negacionismo. Negacionismo é cruzar os braços e esperar a vacina, que não tem data para ser aplicada em todos e cuja eficácia ainda é desconhecida. Negacionismo é ficar calado enquanto pessoas morrem em UTIs, que estão abarrotadas em todo o Brasil.

Desde agosto do ano passado bato nesta tecla todos os dias: tratamento precoce, pelo amor de Deus, como forma de melhorar as chances de cura da doença e evitar as mortes! Desde lá estive com Prefeitos e com o Governador do meu Estado, com o Ministro da Saúde, com o Presidente da República, com o propósito de alertar sobre a importância da recomendação do tratamento precoce. Muitas cidades brasileiras têm adotado esse sistema, um sucesso nos hospitais privados. A rede hospitalar privada de saúde já vem ministrando o chamado "*kit COVID*" para o tratamento da doença.

Peço que me conceda o tempo de Líder, Sr. Presidente, pela bancada do PL.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Bismarck. PDT - CE) - O tempo de Líder só é concedido na Ordem do Dia, após os Breves Comunicados.

Eu peço que conclua, porque nós já vamos iniciar a Ordem do Dia.

O SR. GIOVANI CHERINI (PL - RS) - Eu concludo, então.

Sr. Presidente, eu concludo dizendo que, infelizmente, nós vivemos hoje o brete, porque as pessoas não admitem que existem outras possibilidades, além da vacina. Há a possibilidade do remédio. Dar paracetamol ou dipirona, mandar para casa e dizer "*vá para casa morrer ou espere ser entubado*", para 70% irem para o cemitério?

Isto é negacionismo: não admitir que existe tratamento precoce no Brasil. É só ler! Vocês têm que ler, têm que ler! Não leem e dizem que não há tratamento precoce!

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Bismarck. PDT - CE) - Obrigado, Deputado.

Convido para fazer uso da palavra agora o Deputado Heitor Schuch.

O SR. HEITOR SCHUCH (PSB - RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, colegas Parlamentares, estimado povo brasileiro, queridos gaúchos e gaúchas, nestes tempos da pandemia que assola o nosso País, ceifando vidas, destruindo nossa solidariedade, terminando com a nossa economia, eu ocupo este espaço para falar sobre os constantes aumentos no preço do óleo *diesel*, dos combustíveis de modo geral, que estão impactando fortemente os custos de produção no Brasil, em especial aqui no Rio Grande do Sul, onde daqui a uns dias vamos começar a grande colheita da safra da soja, do arroz, do milho e, como acontece todos os dias, das frutas e dos hortigranjeiros.

Não é mais possível convivermos com essa volatilidade no preço do *diesel*, que já chegou ao quinto aumento só nesses 60 dias de 2021 e que, além de atingir em cheio o setor produtivo, no qual a agricultura familiar tem uma participação significativa, vai impactar também o setor de transportes, com o aumento do frete, o que prejudica milhares e milhares

de caminhoneiros e aumenta ainda mais o preço dos produtos nas prateleiras dos supermercados. Teremos aumento da inflação.

Quero lembrar que o aumento do preço dos combustíveis — *diesel*, gasolina — vai ter um impacto muito grande nos 5.570 Municípios deste País. Nesse ritmo, estamos sujeitos a ver, em setembro, o orçamento da Prefeitura acabar.

Aliás, não podemos esquecer que o lucro da PETROBRAS no trimestre foi de 7 bilhões. Parece que é isso o que importa.

Mas eu quero falar também do preço da gasolina, que impacta o bolso das pessoas, em especial dos viajantes, dos vendedores, dos homens e mulheres que visitam os seus clientes e, todo santo dia, estão nas estradas, assim como também quero falar do aumento do gás de cozinha, o que vai impactar diretamente a vida das famílias de baixa renda e de milhões de pessoas que perderam o emprego na pandemia.

Para concluir, Presidente, quero dizer que hoje o Governo anunciou a retirada de alguns tributos federais que impactam o preço do óleo *diesel*, mas, pasmem, por 60 dias, 2 meses — temo que isso não vá resolver —, e os incidentes sobre o gás de cozinha por um período maior. Essa redução efetivamente chegará ao preço final do produto? Será que chega ou não vai diminuir em absolutamente nada o preço?

Portanto, a PETROBRAS precisa parar com esses aumentos, pois, se não fizer isso, nós infelizmente não iremos a lugar nenhum.

Peço a divulgação desta nossa manifestação, Presidente.

(Durante o discurso do Sr. Heitor Schuch, o Sr. Eduardo Bismarck, 1º Suplente de Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Arthur Lira, Presidente.)

ENCERRAMENTO

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. PP - AL) - Declaro encerrado o período dos Breves Comunicados.

(Encerra-se a sessão às 16 horas e 8 minutos.)